



**O CAMINHO DE
MINAS GERAIS A GOIÁS**
VIAJANTES, POVOADORES,
MODELOS E IMAGENS

Marcos Horácio Gomes Dias

ITINERARIO

DO

RIO DE JANEIRO AO PARÁ E MARANHÃO,

PELAS PROVINCIAS

DE MINAS GERAES E GOIAZ,

seguido de huma descripção chorographica de Goiaz, e dos roteiros
desta Provincia ás de Mato Grosso e S. Paulo;

OBRA DEDICADA

AO EX^{MO} S^R **DIOGO ANTONIO FEIJÓ,**

Regente do Imperio do Brazil,

PELO BRIGADRIRO

Raimundo José da Cunha Mattos,

Official da Ordem Imperial do Cruzeiro, Commendador da de S. Bento d'Aviz

TOMO PRIMEIRO.

RIO DE JANEIRO,

TYP. IMPERIAL E CONSTITUCIONAL DE J. VILLENEUVE E C^a,
rua d'Ouvidor nº 95.

1856.

RESUMO A problemática deste artigo é referente ao contexto do surgimento da arte mineira e goiana no século XVIII, marcada pelas origens paulistas e pela colonização portuguesa e a afirmação dos valores católicos cristãos. As obras desse período são condicionadas pela economia do ouro e por uma sociedade baseada em cânones aristocratas e escravocratas. A história de São Paulo, Minas Gerais e Goiás caracteriza-se, acima de tudo, por uma religiosidade assinalada pela forte presença da organização laica das ordens terceiras, confrarias e irmandades. Nesse sentido, todo um aparato artístico foi importante para mostrar, distinguir e ordenar essa sociedade que ficara rica rapidamente, ao mesmo tempo em que grandes setores dessa mesma sociedade estivessem pobres.

VIAJANTES • ARTE (SÃO PAULO, MINAS GERAIS, GOIÁS) • MODELOS ARTÍSTICOS • RELIGIÃO • BARROCO.

THE ROAD FROM MINAS GERAIS TO GOIÁS: TRAVELERS, COLONISTS, TYPES AND IMAGES

ABSTRACT The objective of this article is regarding the context of the appearance of Minas Gerais' and Goiás' art in the 18th century, marked by the people from São Paulo, Portuguese colonization and the statement of the christian catholic values. The works of that period are conditioned by the economy of gold and for a society based on canons aristocrats and slavers. The history of São Paulo, Minas Gerais and Goiás is characterized, above all, by a specific religiosity marked by the secular organization of the orders third, brotherhoods and fraternities. In that sense, an entire artistic apparatus was important to show, to distinguish and to order that society that had been rich quickly, at the same time that great sections of that same society were poor.

TRAVELERS • ART (SÃO PAULO, MINAS GERAIS, GOIÁS) • ARTISTIC MODELS • RELIGION • BAROQUE.

SOBRE O AUTOR

Marcos Horácio Gomes Dias é doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2000), pós-graduado em Arte e Cultura Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto (1999) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1995). Atualmente é professor do Museu de Arte Sacra de São Paulo, da Universidade São Judas Tadeu e do Centro Universitário Assunção. Criador do Canal Marcos Horácio, com o apoio da EDA filmes, para a produção de conteúdo sobre arte barroca, arte sacra, simbolismo, alegoria e resenha de livros.

INTRODUÇÃO

A historiografia tradicional tem se debruçado sobre Minas Gerais desde muito tempo. Essa região é vista como o lugar da originalidade brasileira: terra de Aleijadinho e Tiradentes. Segundo esses historiadores, teria sido a primeira experiência de uma sociabilidade urbana na colônia. Por outro lado, Goiás é entendido como uma localização isolada e distante dos grandes centros da América Portuguesa. De qualquer forma, podemos encontrar na história dessas regiões uma relação próxima em função de sua formação paulista inicial, pelos laços comerciais que se mantiveram, e, por consequência, por trocas culturais e artísticas.

.....
MATTOS, Raimundo José da Cunha.
Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará
e Maranhão, pelas províncias de
Minas Geraes e Goyaz. *Tomo Primeiro*,
1836, *folha de rosto*.
.....

Uma série de instituições seculares e religiosas, grande número de comerciantes, uma grande população de escravos e um espaço para artistas de todas as categorias são as marcas específicas desses territórios. Pela movimentação e pelo estilo de vida de sua gente, distanciava-se aos poucos do velho ritmo ditado pelos povoadores paulistas, guardando, contudo, traços essenciais de sua cultura, além de contar com confrarias e irmandades religiosas que apoiavam a arte e a cultura de então. A marca maior dessa arte era a religião e a fé católicas¹.

MINAS GERAIS E GOIÁS: A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE

A colonização dessa região se deu quando imperava o mercantilismo na Europa e sua necessidade crescente de metais que, posteriormente, incrementaram as relações comerciais e possibilitaram o nascimento da indústria. A busca por mercados e mercadorias ocorria em meio à disputa por colônias e escravos, a ataques piratas e à destruição de civilizações inteiras. A exploração do ouro tornou-se uma prioridade para os reis de Portugal. O povoamento de Minas Gerais e Goiás estava articulado com a dinâmica da colonização portuguesa e era causa direta da descoberta de ouro e diamantes nos rios e córregos. Esse território, distante do mar, foi um sopro de ar numa economia combalida e sufocada como a de Portugal².

Os bandeirantes, conquistadores paulistas, fizeram um grande esforço para desbravar e achar as riquezas dessa região, enviando diversas expedições em direção ao norte e ao interior. Um deles, Fernão Dias Paes, já tinha alcançado estes sertões, no século XVII. Em seus percursos faziam roças para se abastecerem no retorno para São Paulo. Muitas dessas roças tornaram-se pousos com armazéns e, mais tarde, vilas e cidades. No final desse século outras levas de aventureiros chegaram onde se dizia que se encontrara ouro. As primeiras descobertas ficaram a cargo de Antônio Rodrigues Arzão e dos homens de Borba Gato. As cifras para o ouro são espantosas nesse início de povoamento.

1. Caio Cesar Boschi, *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*, p. 10.
2. Já, em 1530, quando Portugal pensava em realmente colonizar o Brasil, ensaiava-se um desejo de também encontrar, na colônia recém descoberta, as riquezas minerais que eram encontradas na América espanhola. Desde esse período, muitas expedições partiram para o interior do Brasil, seguindo os cursos dos rios e explorando os sertões. Muitas tentativas foram feitas, por todo o século XVI e XVII, sem que se chegasse a nenhum êxito. Finalmente, na última década do século XVII, foram encontrados ouro e pedras preciosas em diversos pontos da Serra do Espinhaço, em pleno planalto brasileiro.

As pedras preciosas atraíram habitantes de outras partes da colônia, e da própria metrópole, que reivindicavam também para si o direito de explorar as minas. O jesuíta André João Antonil no seu livro *Cultura e Opulência do Brasil*, de 1711, dizia que a região das minas tinha, na sua época, por volta de trinta mil pessoas. A população cresceu de tal maneira que, no final do século XVIII, contava com, aproximadamente quinhentas mil pessoas. Sérgio Buarque de Holanda ressalta que as minas multiplicaram em quase dez vezes a imigração de portugueses, vindos da metrópole. A população que aí se encontrava era uma mescla de gente aventureira de todas as procedências, de índios destroçados pelo avanço da colonização e de escravos negros que chegavam para trabalhar nas minas³. Segundo Antonil:

Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm, no Brasil, convento nem casa⁴.

Assim os povoados foram se organizando: o trabalho nas minas, a cata do ouro e o comércio. A instabilidade da mineração e as exigências crescentes do fisco mantinham uma sociedade inquieta e pouco afeita às regras e controle das autoridades⁵. Essa situação se dava principalmente pela crença no enriquecimento fácil e rápido, muitas vezes pela inexistência de uma autoridade oficial nos próprios povoados e, por isso, na má aplicação da lei. A própria distância entre os povoados permitiu a existência de muito desassossego político entre os habitantes das minas.

Esse momento foi marcado, principalmente, pela recusa dos paulistas em partilhar o espaço com aqueles que se chamavam de “emboabas”. Estes contavam com grandes contingentes provindos do Rio de Janeiro e da Bahia, portugueses e forasteiros. A Guerra dos Emboabas era um sinal que deixava claro para a coroa portuguesa que alguma medida precisava ser tomada em nome da ordem na

3. Entre os habitantes originais dessas regiões incluíam diversas tribos que falavam os dialetos de várias famílias linguísticas.

4. André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, pp. 185-186.

5. Em vários relatórios enviados para a coroa, os governadores dão conta que os paulistas não se importavam com as leis da metrópole e agiam com liberdade pelos matos. Esses governantes diziam, a todo o momento, que todos os exércitos da Europa seriam incapazes de deter esses homens destemidos e arreados (cf. André João Antonil, *Cultura e Opulência no Brasil*, p. 194).

região das minas⁶. Em razão disso, em 1709, as regiões do sul foram desmembradas e, assim, nascia a Capitania da Coroa de São Paulo e Minas do Ouro. São Paulo foi elevada à condição de cidade e algumas repartições administrativas da coroa foram enviadas para as minas⁷. Na verdade, os governadores gastavam muito pouco do seu tempo na sede da repartição paulista e passavam longos períodos nos locais de mineração⁸. Seu primeiro governador, Antônio de Albuquerque, fundou, em 1711, as vilas de Mariana, Vila Rica e Sabará. Em 1713, foi fundada a vila de São João del Rei e, em 1714, foram fundadas as vilas de Caeté e Serro. Pitangui foi fundada em 1715 e São José del-Rei (Tiradentes), em 1718. Para isso, permitiu-se a construção de capelas, igrejas, casas de câmara e cadeias⁹. Nesses casos, vereadores, juízes e políticos eram eleitos e funcionários da coroa eram empossados. Segundo Ana Sílvia Scott:

No caso do Brasil, sobretudo, as vilas e cidades tiveram um papel político extremamente importante para os monarcas lusos. Sua criação não só incentivava a fixação da população de forma mais estável e organizada, do ponto de vista administrativo, como servia para cimentar a lealdade de súditos portugueses para com a coroa nas mais distantes paragens. A distribuição de cargos municipais, por exemplo, era uma maneira de manter os laços e a fidelidade com a metrópole europeia, pois a nobreza da terra, que exercia tais cargos, se sentia diretamente ligada à figura do monarca no distante além-mar por meio das correspondências regulares, dos pedidos de mercês e da intervenção do monarca para dirimir possíveis querelas entre os habitantes das vilas¹⁰.

Por conta das divergências instaladas a partir das Guerras dos Emboabas, muitos desses habitantes paulistas iniciais se recusaram a ficar em terras mineiras e partiram para as regiões mais distantes da coroa portuguesa. Atingiram locais onde hoje estão as cidades de Goiás e Mato Grosso e começaram aí novas povoações baseadas em seus costumes ancestrais da São Paulo de origem e naqueles que aprenderam

6. Esse conflito conhecido como Guerra dos Emboabas durou de 1708 a 1709 e contou com vários momentos exaltados pela história oficial. Num desses fatos memoráveis, Manuel Nunes Viana, emboaba, foi aclamado governador das Minas Gerais (cf. Adriana Romeiro, *Paulistas e Emboabas no Coração de Minas: Ideias Práticas e Imaginário Político no Século XVIII*, p. 194).

7. Adriana Romeiro, *Paulistas e Emboabas no Coração de Minas*, pp. 312-313.

8. Esse fato não agradou nem um pouco aos paulistas que lá viviam e zelavam pela sua liberdade nos negócios com o ouro e com o comércio (cf. Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, p. 140).

9. Augusto de Lima Júnior, *A Capitania das Minas Gerais*, p. 39.

10. Ana Sílvia Scott, *Os Portugueses*, p. 121.

na região das vilas de Minas Gerais. Paracatu do Príncipe, Vila Boa de Goiás (Goiás Velho) e Cuiabá foram fundadas nesse momento. Nessas novas regiões também descobriram ouro, mas este não era tão abundante quanto aquele da região onde estava situada Vila Rica.

Isso fez com que a jurisdição da coroa portuguesa fosse maior e, nesse sentido, uma das questões que mais preocupava o governo português era o contrabando e a evasão de divisas¹¹. A coroa sabia da sua incapacidade em explorar as terras coloniais contando apenas com o aparato do Estado e, mesmo assim, tentava aumentar cada vez mais o rigor da fiscalização sobre os mineradores e a produção de riqueza. O escasseamento do ouro causava maior aperto do fisco. A coroa tentava cobrar os impostos dos particulares que exploravam o metal de acordo com a quantidade de trabalhadores que labutavam nas minas, por meio do quinto¹², ou aplicando a derrama¹³. Foram criados postos de fiscalização, casas de registros de passagens; proibiu-se a circulação de ouro em pó; controlava-se o gado que vinha do Norte e, em 1725, foram estabelecidas as casas de fundição em Minas Gerais de onde o quinto era retirado¹⁴.

Não era só o ouro que representava uma grande riqueza para a metrópole, mas também temos toda a produção de diamantes na região do Serro e do Arraial do Tijuco (atual Diamantina). Essa produção foi a que mais sofreu com as medidas restritivas da coroa¹⁵. Após o anúncio oficial de sua descoberta, em 1729, Portugal decretou o monopólio da coroa, circunscrevendo um território dentro da Capitania de Minas Gerais, que ficava diretamente sob a autoridade real¹⁶. A Intendência dos Diamantes foi criada na região conhecida como Distrito Diamantino¹⁷. Por conta disso, a própria população procurava saídas para burlar as autoridades. A mineração era realizada nos escondidos das serras, o contrabando e o comércio eram intensos. Diversos quilombos surgiam a todo momento e seus membros aproveitavam para garimpar clandestinamente¹⁸.

11. Roberto Cochrane Simonsen, *História Econômica do Brasil: 1500-1820*, pp. 253 e 284.

12. O quinto era a cobrança de um imposto que representava em valor a quinta parte de todo o ouro produzido por um determinado minerador.

13. A derrama era a cobrança do valor que faltava para a arrecadação atingir a quantidade de divisas estipulada para a coroa, naquele ano. Esse valor tinha que ser pago por toda a população independente de quem estivesse, ou não, ligado à produção aurífera. Essa quantidade variou entre trinta a cem arrobas de ouro por ano.

14. Friedrich Ewald Renger, "A Origem Histórica das Estradas Reais nas Minas Setecentistas", p. 135.

15. Aires da Mata Machado Filho, *Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina*, p. 20.

16. Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 50.

17. Augusto de Lima Júnior, *op. cit.*, pp. 56-61.

18. "Ao garimpeiro se aliou o quilombola, pois, um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrassem solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas" (Aires da Mata Machado Filho, *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, p. 20).

Minas Gerais e Goiás assistiam assim ao nascimento de uma elite despótica e violenta que gostava de determinar a ordem na medida de seus interesses. Além de tudo, temos a ascensão de membros de camadas intermediárias, oriundos das mais diversas procedências, categorizações sociais e origens de cor. Segundo Laura de Mello e Souza:

[...] se em princípio as diretrizes metropolitanas deviam ser seguidas, a distância distendia-lhes as malhas, as situações específicas coloriam-nas com tons locais. Nessas zonas de sombra, por outro lado, os interesses metropolitanos se combinavam aos regionais e acabavam produzindo alternativas peculiares, já que, como viu Edmund Burke para um império bem diferente – o britânico do século XVIII –, os mares se encrespavam e passavam-se meses entre a ordem e a execução. Elites locais e administradores enviados pelo rei buscavam ações comuns com frequência maior do que se imaginou há cerca de cinquenta anos, e fizeram-no de forma ambivalente: o enriquecimento desenfreado, os interesses escusos, o contrabando, as várias arbitriedades e injustiças combinaram-se não raro com a busca de soluções eficazes para crises econômicas e fiscais, a melhoria das condições de vida, o sonho de uma formação política capaz de atender aos interesses do reino e ao das conquistas¹⁹.

Esses indivíduos preocupavam-se com o seu bem-estar e com sua ostentação. Como todos os esforços dessas capitânias estavam voltados para a extração das riquezas do solo, essa sociedade percebia-se cada vez mais dependente dos produtos vindo de fora. Por conta disso, essas capitânias como um todo viram crescer a troca de mercadorias e atraiu negócios que antes eram vistos em praças como em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso assistiram à circulação de escravos, ferramentas, fumo, cereais, gado, sal, açúcar e cachaça²⁰. Indivíduos dos mais diferentes ofícios estabeleceram-se em suas cidades: boticários, barbeiros, cirurgiões, taberneiros, pedreiros, médicos, prestamistas, soldados da milícia, tropeiros e mestres-escolas. Aprimorou-se o transporte e as tropas de burros eram buscadas no Rio Grande do Sul²¹. Justamente por conta da circulação do ouro e de todos os esforços levados para a sua extração, vamos assistir a crises de abastecimento, subidas de preços e momentos de fome. Os alimentos tornavam-se um negócio extremamente rendoso. Aos poucos, a lavoura

19. Laura de Mello e Souza, *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*, pp. 11-12.

20. Charles Ralph Boxer, *Igreja e Expansão Ibérica*, pp. 294-295.

21. Friedrich Ewald Renger, *op. cit.*, p. 136.

o Sr. José Teixeira foi Intendente de
Vila Rica e seu despacho neste livro tem a
produção de D. João do Rio de Janeiro,
Deus etc. e a Real C. de 1781 e a Real C. de
1782. (Ver pag. 572)

foi Intendente do Conselho da Boa
e Definitivo da Junta da Fazenda
Real de Vila Rica (ver ff. 30 e 33)

Intendente
Real de Vila Rica
1781/82

Instrucção
Para
O Governo da Capitania
de
Minas Geraes
Por
Jose João Teixeira
Dezembargador
Da Relação de Porto.

1781.

TEIXEIRA, José João. Instrucção para o
Governo da Capitania de Minas Geraes;
1781, folha de rosto.

estabelece-se no sul de Minas Gerais e em regiões do sertão de Goiás e transforma essas regiões em local de abastecimento para as cidades dessas capitânias²².

A constituição de um mercado interno no centro da América Portuguesa possibilitou uma complexidade social e econômica diferente da que estávamos acostumados no restante da colônia²³. Vamos encontrar nessa região uma grande população de homens brancos não ligados diretamente à mineração e mulatos e negros alforriados que se especializam nos mais diversos serviços. Caio Prado Júnior coloca:

Nestas condições o comércio, apesar da prevenção que contra ele havia, ocupa uma posição de relevo. Pode fazer frente à outra classe possuidora da colônia, os proprietários, e disputar-lhes a primazia. É o que efetivamente se deu, e as hostilidades que daí resultam são de grande repercussão política. Teremos aqui no Brasil uma réplica da tradicional rivalidade de nobres e burgueses que enche a história da Europa²⁴.

Por conta de toda essa história, essa sociedade mineira que vivia no interior da América Portuguesa apresentava características únicas na realidade colonial na América. Em Minas Gerais e Goiás, as possibilidades geradas pelo comércio, a descoberta de um veio ou o achado de uma certa quantidade de ouro, possibilitaram mudanças significativas. No caso do escravo, possibilitou a compra de sua própria carta de alforria. Essa situação era diversa daquela encontrada no Nordeste do Brasil, onde o controle sobre os escravos era extremamente rígido e a população livre tinha pouca mobilidade social. Para os nascidos no interior da colônia, a riqueza era um meio de se afirmar perante a metrópole e seus “iguais”. Para o negro escravo, era uma forma de ganhar a liberdade. Para o português, era sinal de seu poder colonizador²⁵.

No caso de Minas Gerais, esse fato gerou certo debate em toda a trajetória da historiografia brasileira que considerou, de alguma maneira, a “democracia” da sociedade mineira. Essa historiografia mais tradicional esquecia que estes costumes eram apenas uma pequena exceção em

22. Sabará também foi um desses centros, facilitado que estava pela presença do Rio das Velhas. Esse rio ajudava a penetração de uma população provinda do norte, o comércio de gado e a implantação de fazendas. Sabará fazia parte de uma rota que ligava as minas do ouro à Bahia. Nessas cidades, eram encontradas as tradicionais casas de secos e molhados, produtos grosseiros e finos, alimentos e tecidos europeus (cf. José Newton Coelho Meneses, “A Terra de Quem Lavra e Semeia: Alimento e Cotidiano em Minas Colonial”, p. 356).

23. Carlos Magno Guimarães & Liana Maria Reis, “Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, p. 332, vol. 1.

24. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 294.

25. Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, pp. 167-173.

uma sociedade escravista, com um grande número de brancos pobres, negros e hábitos africanos. Uma sociedade que se pretendia civilizada, mas que se notabilizava, na realidade, pelas práticas dos castigos com ferros, máscaras, paus e chibatadas.

Essa relação conturbada entre as diversas esferas de poder negligenciou a própria decadência das minas. A Minas Gerais que assistiu à pujança do ouro foi a mesma que teve que conviver com a derrocada de suas jazidas. O ouro em Goiás nem tivera sido tão abundante e se esgotou rapidamente. Essas regiões viram sua vida econômica se deslocar para a zona rural, seu comércio mudar para outras regiões e o aumento da miséria nos centros urbanos. A constante instabilidade da vida urbana e a realidade de uma economia baseada nos altos e baixos da mineração nunca foram uma novidade para a população. Nesse caso, o forte espírito religioso desses indivíduos conseguiria manter unido o coletivo.

O CAMINHO DA RELIGIÃO PELO INTERIOR: IGREJAS E IRMANDADES

Na Vila de São Paulo podemos encontrar certo número de ordens religiosas (jesuítas, carmelitas, franciscanos), mas, a coroa portuguesa, preocupada com os desmandos do ouro, tentava limitar o número de religiosos nas regiões descobertas pelos paulistas e proibiu a fixação de ordens religiosas em Minas Gerais. Em seu território foi proibida a presença dessas instituições devido ao medo da coroa portuguesa em deixar estabelecer poderes paralelos ou concorrentes ao seu. Para Caio Cesar Boschi, a justificativa da coroa era a de que o clero era “revoltoso, ambicioso e simoníaco, além de refratário ao pagamento de impostos, atitude que estaria transmitindo à população”²⁶. Por conta disso, sucederam-se algumas expulsões em 1713 e 1753. Todavia, podemos encontrar uma pequena quantidade de clérigos cuja permanência fora permitida, mas que, muitas vezes, ficavam sem atuação real e vagavam por todo o território. Se nos aprofundarmos na extensão que estamos percorrendo como viajantes, podemos encontrar membros das ordens dos Esmoleres da Terra Santa, Ursulinas, Franciscanos, Jesuítas e Capuchinhos²⁷. Mas, o que impera é a ausência das ditas ordens oficiais em Minas Gerais e Goiás²⁸. Um maior controle dessa região teve lugar com

26. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 31.

27. *Idem*, p. 83.

28. Mary Del Priore, *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*, pp. 47-50.

a criação do bispado em 1745, mas, mesmo assim, a realidade geográfica era difícil e as paróquias eram distantes. O conjunto desses elementos, ou a falta deles, permitia que a realidade da capitania se apresentasse por meio de benzedeadas, concubinato de padres e intenso culto aos santos²⁹.

A população dessas regiões se viu então dona de sua própria fé e, por isso, as irmandades e as ordens terceiras foram tão importantes para aquelas sociedades. A sociedade, além da questão econômica, era estratificada segundo critérios de raças e as confrarias e as irmandades religiosas seguiam esses critérios. Difícilmente alguém não participando dessas associações leigas da Igreja conseguiria se integrar plenamente na sociedade; o habitante estaria marginalizado se não tomasse parte em ao menos uma irmandade religiosa. Todos os acontecimentos, do nascimento à morte, eram comemorados nas confrarias e quem estivesse fora dela seria olhado com desconfiança e privado do convívio social. A participação na Igreja Católica era assim indispensável e “constituía crime o adotar outras crenças ou com ela simpatizar, pois isto abalaria as próprias bases do sistema de vida, o que não podia ser tolerado”³⁰.

A ausência de ordens religiosas, a articulação da vida urbana que substituiu a vida rural, a riqueza proporcionada pelo comércio e pela mineração deram às associações de leigos força suficiente para implantar uma nova sociabilidade. A necessidade de construções, sobretudo religiosas, altares, santos, objetos de culto, músicas para as solenidades e festas, fez das associações um importante centro de atividade artística e social. Esta combinação de elementos integrou indivíduos que poderiam ficar à margem da comunidade, dando a eles papel de destaque na sociedade e abrigando todas as categorias de cor ou condição financeira. Dessa forma, a arte nessa região compreende relações tão importantes e dinâmicas quanto à mineração e o comércio, pois os próprios embates sociais pelas irmandades e as formas de dominação do poder estão veiculados à arte como forma de expressão³¹.

Na aspereza do território, a religiosidade laica foi assim o grande fator de sociabilidade e de controle social da capitania. Para Caio Cesar Boschi, as irmandades “[...] precederam o Estado e à própria Igreja, enquanto instituições. Quanto ao primeiro, quando a máquina administrativa chegou, de há muito as irmandades floresciam”³².

29. Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, pp. 86-100.

30. Julita Scarano, *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século xviii*, p. 60.

31. Célio Macedo Alves, *Artistas e Irmãos: o Fazer Artístico no Ciclo do Ouro Mineiro*, p. 7.

32. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 23.

Essas associações religiosas eram importantes desde a Idade Média. Jacques Le Goff referindo-se às confrarias daquela época diz que é:

Preciso, então, notar o importante crescimento das confrarias, [...] presentes a partir de então nos hospitais, nas instituições sociais urbanas. Porque a confraria – união de oração e ajuda mútua suscitada diretamente pelos próprios fiéis – é uma reação contra um sentimento de desestruturação que se começa a perceber nas cidades e nos campos. [...] Sentimento de que dão testemunho, especialmente – mas não unicamente –, o medo de morrer só, sem receber oração dos mortos, oração indispensável para ganhar, senão o paraíso, pelo menos o purgatório [...]³³.

Jacques Le Goff continua:

Nelas uns rezam pelos outros, uns e outros se ajudam mutuamente e se cotizam para socorrer os pobres. Os poderes leigos desconfiam disso frequentemente, porque os confrades são os seus próprios chefes, formando redes de “autogestão”. A Igreja vela, por sua vez, para que as confrarias se mantenham na ordem do culto, das procissões e da caridade³⁴.

Justamente por isso, em Minas Gerais e Goiás, as irmandades e as ordens terceiras assumiram para si a função de agregar a população e educá-la dentro dos parâmetros da moral religiosa romana. Por meio delas, levava-se ao povo os conceitos mais abstratos da religião e, de alguma maneira, ajudava a compor elementos que, de outra forma, jamais seriam vistos por esses indivíduos. Para administrar cada uma dessas irmandades recorria-se a eleições periódicas para cargos específicos, que cumpriam a função de priores, reis, tesoureiros, ministros e juízes. As irmandades e as ordens terceiras trariam certa noção de ordem e civilidade em regiões com inúmeras dificuldades para a governabilidade³⁵.

Tais irmandades eram incumbidas de cuidar da vida espiritual de seus fiéis; manter os cultos e missas; exercer obras de caridade; e, em grande parte das vezes, construir seus próprios templos e capelas. Devido às dificuldades do povoamento, esses locais tornavam-se importantes referências desses pequenos aglomerados que surgiam nos sertões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso³⁶.

33. Jacques Le Goff, *A Civilização do Ocidente Medieval*, pp. 200-201.

34. *Idem*, p. 201.

35. Mary Del Priore, *op. cit.*, pp. 38-39.

36. Podemos encontrar os primeiros exemplos na cidade de Vila Rica, como a capela de São João, onde foi rezada a primeira missa, pelo Padre Faria.

Inicialmente, a religiosidade dessas regiões estava restrita às pequenas capelas ou aos oratórios móveis, que poderiam ser transportados de um lugar a outro. Com o passar do tempo, com a necessidade da fixação da população, constroem-se as grandes matrizes e os templos das irmandades. A necessidade da população local fez com que essas associações tomassem a frente de ações que não poderiam ser esperadas dos poderes em Lisboa ou Roma. Elas mesmas tomavam conta das encomendas e da execução dos projetos. Uma forma de obter os recursos necessários para tais obras seria a cobrança de um determinado valor pelos próprios serviços espirituais: batismos, serviços fúnebres, sermões e missas cantadas³⁷.

A construção desses templos se multiplicou e vários deles foram erigidos simultaneamente. Mesmo construídas em pau a pique e teto de palha, essas igrejas foram melhoradas com o tempo, e anos depois, já estavam todas revestidas em ouro ou com pinturas importantes. Nelas eram empossados os governantes, aconteciam as missas solenes que celebravam fatos políticos ou aquelas datas referentes aos nascimentos e mortes de membros da família real portuguesa. O número de habitantes crescia cada vez mais e os templos precisavam se adequar às novas necessidades. Por conta disso, estes seriam os locais mais apropriados para se observar a sociabilidade e a arte dessa gente. Segundo Célio Macedo Alves:

A igreja matriz [...] é o local privilegiado para analisarmos as representações iconográficas referentes às várias irmandades que dentro de um mesmo espaço sagrado concorrem a uma graça de Deus. É o local indicado para se averiguar o confronto de poder entre os santos distribuídos pelos altares e outros cômodos da matriz. Ali é possível interpretar as representações em face da coletividade, já que a matriz é o templo mais importante da vila, ponto de referência para se medir a magnitude da vila. É certo que todos os moradores da vila concorriam para sua construção, em função do poder aquisitivo e da situação social de cada grupo, fato demonstrado pelo espaço que cada um desses grupos ocupavam no interior do templo³⁸.

Cabia à Irmandade do Santíssimo Sacramento a ereção da igreja matriz de uma povoação. Essa irmandade agregava os brancos ricos da capitania. Por isso, após a conclusão dos trabalhos, cabia a ela o altar-mor, enquanto os outros altares ficavam a cargo das outras irmandades do local. Nestes outros locais, podemos encontrar, geralmente, as imagens de

37. Charles Ralph Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, p. 199.

38. Célio Macedo Alves, *Iconografia e Mentalidade Religiosa na Antiga Vila Real do Sabará*, p. 24.

Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio, São Miguel, Nosso Senhor dos Passos, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora da Boa Morte. Todas correspondem às irmandades existentes na localidade e que ainda não tinham para si uma igreja ou capela. Além disso, as igrejas matrizes são aquelas onde ocorrem os eventos principais da coletividade, ordenações políticas e eclesiásticas. Por isso, esses templos se devotam à vida do próprio Cristo com a representação de diversos momentos da sua vida, a *via crucis*, um altar específico para o Senhor dos Passos, para o Senhor Morto etc. O interior das matrizes poderia ser o local mais visível de uma iconografia oficial. Segundo Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira:

No retábulo da nave, distribuam-se as demais irmandades erigidas nas matrizes, sendo os primeiros junto ao arco cruzeiro reservados, geralmente, às irmandades de Nossa Senhora do Rosário (lado do Evangelho) e São Miguel e Almas (lado da Epístola). É interessante notar que ambas as devoções desenvolveram-se em Portugal no final da era medieval: São Miguel, divulgado pelas confrarias, e Nossa Senhora do Rosário, pela Ordem Dominicana, que nela encontrou sua bandeira mariológica específica em contraposição à Virgem da Conceição Franciscana [...]³⁹.

A fundação de igrejas de devoção a Nossa Senhora Rosário também seria comum nesses primeiros anos de povoamento. A santa de invocação de escravos e negros estaria presente desde o início nas igrejas matrizes, ou mesmo com um templo próprio construído para seus associados. Com o tempo, essas igrejas também se tornaram ricas e executaram os mais belos templos dessas regiões.

Essa sociedade era, a princípio, dividida em senhores e escravos e, por isso, as primeiras igrejas a serem encontradas nessas cidades eram aquelas referentes a esses grupos: as matrizes e os templos de Nossa Senhora do Rosário. Na segunda metade do século XVIII, com o incremento da vida econômica e a maior complexidade das relações sociais, vemos a difusão de uma infinidade de templos correspondentes a cada extrato dessa população. Nesse momento, essas regiões já contam com um grande número de mulatos e uma importante classe de comerciantes⁴⁰.

39. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em Minas Gerais*, p. 19.

40. Segundo Kenneth Maxwell, "a população de Minas Gerais em 1776, excluídos os índios, era superior a trezentos mil habitantes, o que representava 20% da população total da América Portuguesa e constituía a maior aglomeração da colônia. [...] Mais de 50% da população era negra, integrada por africanos importados ou por escravos brasileiros de pura herança africana. O restante da população era constituído, grosso modo, por percentagem igual de brancos e pardos. Este último grupo compreendia os mulatos e outras mesclas raciais puramente americanas por nascimento" (*A Devassa da Devassa*, p. 109).

Assim, vemos uma série de construções e edificações de igrejas e capelas de irmandades e ordens terceiras, além de um grande número de templos rurais que diziam respeito à condição racial daqueles indivíduos. Brancos de alta renda participavam da Irmandade do Santíssimo Sacramento; comerciantes ricos e funcionários públicos integravam as Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis; os pardos e negros participavam das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário (padroeira dos negros escravos e forros) ou Nossa Senhora das Mercês (protetora dos mulatos); e brancos pobres participavam da Irmandade de São Francisco de Paula ou outras destas frequentadas por mulatos⁴¹.

As Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo surgiram num período posterior ao povoamento nas minas, entre os anos de 1740 e 1760, e tornaram-se as mais ricas e poderosas nas suas povoações de origem⁴². Nesse período, os grupos mulatos constroem igrejas ou participam de irmandades dedicadas a São José, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora do Amparo, Cordão Seráfico de São Francisco de Assis e Nossa Senhora das Mercês⁴³. Como as grandes representantes dos grupos negros, as já citadas igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário continuam a ser construídas e eram muitas vezes reconhecidas pela invocação da Santa Ifigênia, uma das principais santas negras do panteão colonial. Aos templos religiosos dessas associações eram dedicados todos os esforços necessários, de forma que se distinguiram fortemente da sóbria arquitetura civil⁴⁴. Em Goiás, mantinham o comedimento de uma sociedade que não podia esbanjar riquezas como aquelas de seus vizinhos de Minas Gerais. Mesmo assim, se esmeravam em construir um templo de gosto diferenciado e com detalhes que o destacasse do resto das construções da pequena vila onde moravam.

Para isso, formou-se uma mão de obra quase que especializada em atender a demanda dessas construções. Esses trabalhadores eram, geralmente, negros e mestiços, que aproveitavam a necessidade religiosa para obterem uma atividade rentável. Segundo Adalgisa Arantes Campos:

[...] o grande mecenato artístico foi obra das ordens terceiras e irmandades leigas. Estas, com seus próprios recursos financeiros, colocavam em praça pública as obras de arquitetura, talha, escultura e pintura, as quais

41. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 14.

42. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Vila Rica começa a ser construída em 1767. Em 1762, inicia-se a Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Sabará. Esse templo é rico em trabalhos de Aleijadinho. Nessa mesma época, são construídas as igrejas de Nossa Senhora das Mercês e de São Francisco em Sabará.

43. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *op. cit.*, p. 77.

44. Adalgisa Arantes Campos, *Roteiro Sagrado: Monumentos Religiosos de Ouro Preto*.

eram arrematadas e feitas em conjunto pelo mestre, oficiais, aprendizes e escravos⁴⁵.

A rivalidade entre as irmandades exigia que esses templos fossem construídos nos melhores locais para sua visibilidade: altos de morro, praças e fim de ladeiras. O próprio jogo cênico de sua apresentação no espaço urbano respeitava o gosto teatral da época. As igrejas tornam-se assim o centro de referência social dessas regiões. O próprio Estado utiliza-se delas para se fazer presente. Esses edifícios precisavam da permissão do bispo e do próprio rei de Portugal para serem construídos, mas, como dito acima, toda a iniciativa e os encargos com a construção ficavam nas mãos dos homens comuns e irmãos leigos. Nelas, aconteciam as cerimônias importantes para aquela localidade e rituais que davam voz aos representantes políticos e administrativos do reino. Elas eram, muitas vezes, o único braço de Portugal em terras desses sertões afastados do litoral. Cada igreja significava um ponto de civilização nesse mundo distante da Europa⁴⁶.

A ARTE NO INTERIOR DA COLÔNIA PORTUGUESA: O CAMINHO PERCORRIDO POR PAULISTAS ENTRE MINAS GERAIS E GOIÁS

Núcleos como Mogi das Cruzes, Embu das Artes, São Roque, Sorocaba, Jundiaí, Santana do Parnaíba, Itu, Atibaia e Taubaté eram centros dispersores de bandeirantes povoadores e de técnicas construtivas. Esses povoados eram o berço dos desbravadores das terras entre Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os paulistas levaram a taipa de pilão para toda essa região, principalmente Goiás e Mato Grosso⁴⁷.

A presença visual paulista desses anos iniciais de povoamento não se apagariam por completo. O padrão das casas fechadas como fortalezas seria aquele adotado no início da colonização dessas regiões. As características maiores dessas casas são o predomínio de grossas paredes com a pouca abertura de suas janelas e portas. A casa bandeirista servia como uma pequena fortaleza. O alpendre separava o quarto do visitante para com o resto da construção, já que os viajantes do período contavam com a hospedagem nesses lugares durante seu

45. *Idem*, p. 5.

46. Na segunda metade do século vemos a construção de uma série de igrejas dedicadas a Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e São Francisco de Assis.

47. Em Minas Gerais essa técnica não se desenvolveu por conta do acive dos terrenos onde o risco das chuvas e corredeiras era forte.

percurso. A capela ficava do outro lado desse alpendre, geralmente um cômodo com um pequeno altar ou imagem de santo. Essa morada tinha a função de proteção, resguardo da família e das mulheres da casa. As janelas contavam com ripas de madeira que faziam as vezes das grades de ferros.

Podemos ver ainda esses exemplos em Minas Gerais nas cidades de Sabará, Santa Durão, Lima Duarte, Pompeu, na edificação que abriga o atual Museu do Chá em Ouro Preto e em fazendas de Santana dos Montes. A herança paulista em Goiás deixou ainda como exemplo a Fazenda Babilônia, em Pirenópolis, que tem como característica da arquitetura bandeirista a localização do quarto de hóspede, e da capela, em lados opostos, na parte fronteira do edifício, separados por um amplo alpendre. Podemos encontrar ainda exemplos nas cidades de Rio Verde, Jataí, Jaraguá e Corumbá de Goiás. A própria arquitetura da Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás vai nos lembrar o padrão “fechado” dos paulistas.

As primeiras manifestações da arquitetura religiosa dessas regiões, por sua vez, podem ser encontradas nos oratórios de viagem que circulavam com os bandeirantes⁴⁸. Assim que se estabeleciam em algum lugar, construíam pequenas capelas com formas muito rústicas. Aos poucos tomavam ares maiores, com uma construção mais sólida, de acordo com o aumento da população. Essas primeiras capelas ainda podem ser encontradas nos morros que estão ao redor de Ouro Preto onde eram as sedes de diversos povoamentos que deram origem à cidade de Vila Rica. A fachada apresenta geralmente duas janelas e uma porta de entrada, que era encimada por um óculo com a função de iluminação. Esse modelo pode ser encontrado em Pilar de Goiás, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Serro (MG), Porangatu (GO), na Igreja de São Francisco de Paula em Tiradentes (MG), na Igreja de São Francisco de Paula em Goiás (GO), na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França em Corumbá de Goiás e na Igreja do Bonfim em Pirenópolis (GO). Podemos notar também que alguns desses templos não são apenas do início do povoamento, mas são construídas posteriormente, guardando em si os traços iniciais que lembram os primeiros colonizadores.

Com o desenvolvimento do comércio e o nascimento das vilas e povoados, vemos que essas pequenas capelas transformaram-se em igrejas e templos com ricos altares e talhas douradas. Com maiores possibilidades, o templo tornava-se uma forma de visualizar o céu e

48. Airton S. de Alcântara, *Paulistinhas: Imagens Sacras, Singelas e Seculares*, p. 14.

sua arquitetura representava os mistérios de Deus sobre a terra. A essa arquitetura que combinava diversas formas entre cheios e vazios, somava-se toda uma experiência mística que existia desde a Antiguidade mais remota. O universo religioso do interior do Brasil vai conseguir traduzi-las em sua forma religiosa. O espetáculo, que tem a arquitetura das igrejas como palco, é uma instituição que tem por fim provocar prazer e reações, e representa o uso pedagógico do poder das imagens. A igreja apresentava aos fiéis, outro tempo, com um sentido que os remetia a outro lugar. Esse era um mundo em que as coisas falavam por si mesmas, eram signos no grande teatro do mundo. Segundo Dias:

A arquitetura religiosa manifesta-se em seu ideal espiritual, ocupando um determinado lugar no espaço da cidade e tornando-se um referencial urbano. Os santos são dispostos nas fachadas, revelando as mensagens do interior do templo. Os relatos da Bíblia tornam-se os relatos da arquitetura, no qual medalhões e nichos correspondem a um determinado discurso religioso⁴⁹.

No geral, as igrejas de Minas Gerais e Goiás realizaram um padrão comum, desde os mais simples herdados dos primeiros povoadores paulistas até os mais sofisticados com a evolução do povoamento. A fachada apresentava três janelas e uma porta de entrada, que era encimada por um frontão. Na fachada exterior, podemos encontrar ainda uma ou duas torres. Entre as igrejas que guardaram algumas formas da herança paulista, mas a superaram em tamanho e arranjos, podemos citar a Igreja da Sé em Mariana (MG); a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em Pirenópolis (GO), a Matriz Nossa Senhora da Conceição do Serro (MG) e a Igreja Matriz do Divino Pai Eterno em Trindade (GO). Essas igrejas, na verdade, nos fazem lembrar os antigos padrões jesuítcos que estavam disseminados pela costa brasileira e, principalmente, na região de São Paulo. Esse dado é importante na medida que reforça o papel dos jesuítas na colonização e na cristianização do território. Assim diz Affonso Ávila:

Deixando de vista a Europa contaminada do germe reformista, a reação romana vislumbrou no Novo Mundo a sua oportunidade e nela se concentrou, conferindo à Companhia de Jesus a tarefa de superintender a operação de cobertura ideológica da colonização. O despertar latino-americano assistiu

49. Marcos Horácio Gomes Dias, *Entre a Ética Cristã e a Estética Cortesã: A Pintura de Corte em Minas Colonial*, p. 170.

assim, com a aportagem da ideologia da Contrarreforma, à introdução e à fixação de formas [...] do Barroco⁵⁰.

Em geral, as plantas arquitetônicas dessas igrejas são retangulares e correspondem a uma capela-mor e a uma nave central⁵¹. Essas duas partes estavam sempre divididas por um arco cruzeiro⁵². A igreja correspondia a um eixo longo, que corre de uma entrada até ao altar-mor no fim da nave. Essa planta é modulada pelos altares laterais em forma de cruz e projeta seus braços pela nave central⁵³. As igrejas mais elaboradas continham ainda diversos espaços, que atendiam às várias observâncias e atividades religiosas: cômodos para batismo (batistério), salas para vestir (sacristia), salas para a administração (consistório). Todos eles com utensílios e relíquias. As igrejas também podiam ter mais de um altar e apresentar capelas menores. Seus corredores correspondiam ao caminho da via sacra e os lavabos realizavam o ritual de limpeza para os preparativos da missa. Na maioria das vezes, seguiram o padrão da Igreja de São Roque, em Lisboa, que, por sua vez, era inspirada na Igreja dos Jesuítas, em Roma.

A nave desses templos é um local sagrado por excelência e, por isso, recebe atenção maior de arquitetos e artistas. Quando se pode, o ambiente é tratado em tom sofisticado e ostentatório. A decoração cria toda a atmosfera necessária com tocheiros, velas, tecidos e cortinas que enfeitam oratórios, forros e paredes laterais. Minas Gerais é a região onde a historiografia brasileira mais exaltou a qualidade e a suntuosidade de seus templos. Não só rompeu com o seu passado de heranças paulistas como estabeleceu uma característica própria que foge também aos padrões da metrópole portuguesa. Em Goiás podemos encontrar, nesse sentido, a Capela de Nossa Senhora da Boa Morte na Cidade de Goiás.

A qualidade artística dessa região pode ser verificada também pela diversidade das obras produzidas aí. Podemos encontrar como referência para seus artistas obras em esculturas de santos e santas que chegam de Portugal, Bahia e Rio de Janeiro. A demanda criada pela

50. Affonso Ávila, *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*, p. 108.

51. Germain Bazin, *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*, p. 133.

52. A planta da igreja do Espírito de Santo de Évora é também um dos exemplos mais bem acabados e típicos de uma igreja portuguesas do século xvii (cf. Germain Bazin, *op. cit.*, p. 123).

53. Segundo Germain Bazin, o modelo arquitetônico das igrejas em Minas Gerais repete as plantas das igrejas mineiras: "A planta do Espírito de Santo de Évora [...] é um dos protótipos das igrejas portuguesas do século xvii. Nave única, com cruzeiro de altura limitada à cornija, tendo em cada lado quatro capelas (não comunicantes), encimadas por tribunas, e a capela-mor cercada por duas capelas quadradas, das quais uma se abre para o cruzeiro" (p. 123).

descoberta do ouro é um convite também para a chegada de artistas de outras regiões do Brasil ou mesmo da metrópole. São Paulo e Goiás, que ladeiam os centros auríferos de Minas Gerais, estariam, além de tudo, em contato entre si por questões comerciais e afinidades culturais. O gado foi um forte ponto de ligação entre essas regiões. Mesmo com a precariedade das estradas, tropeiros levavam animais, cargas e notícias para o lugar do seu destino. Em suas cargas carregavam também missais, livros de estampas religiosas e bíblias ilustradas que serviam de exemplos para pinturas de forros e retábulos. O mercado interno que se estabeleceu com a exploração do ouro foi fundamental para a criação dessas redes de contato e trocas culturais.

Esses caminhos poderiam ser percorridos ainda de inúmeras maneiras. A pesquisadora Danielle Manoel dos Santos Pereira sugere, por exemplo, uma aproximação estilística entre as pinturas ilusionistas das igrejas da região de Diamantina e do Serro, no meio-norte de Minas Gerais, com as pinturas do forro da Igreja da Ordem Terceira do Carmo de Mogi das Cruzes, em São Paulo. Não sabemos qual foi elaborada a partir da influência de quem, mas, estilisticamente, são muito próximas e parecidas⁵⁴.

A arte que se estabelece nesse território torna-se tão arraigada e participante dessa sociedade que podemos encontrar artistas produzindo peças sacras de características barrocas e rococós em pleno século XIX. Aleijadinho morre em 1814 e Manoel da Costa Ataíde em 1830 em Minas Gerais. Em Goiás, Veiga Vale produziu peças barrocas por todo o século XIX, quando o neoclassicismo já tinha tomado conta da capital do Império desde a chegada da família real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os paulistas pioneiros desbravaram os sertões de Minas Gerais e Goiás e deixaram uma herança que pôde ser notada posteriormente nos costumes, nos modos de viver, nas construções das casas e no comércio do gado. Em Minas Gerais e Goiás, a sociedade estabelecida assistiu com o tempo à ascensão dos emergentes da economia do ouro. Nesse momento, uma ordem estamental tradicional precisou ser reafirmada e garantida. A sociedade mineira, representada pelas suas irmandades e ordens terceiras, zelava pela sua aparência e, por isso, as imagens dos

54. Danielle Manoel dos Santos Pereira, *A Pintura Ilusionista no Meio-Norte de Minas Gerais – Diamantina e Serro – e em São Paulo – Mogi das Cruzes (Brasil)*.

santos no altar, as aparências das fachadas das igrejas ou mesmo as casas de morada seriam os elementos perfeitos para estabelecer uma determinada ordem em terrenos coloniais e expressar as regras para uma sociedade submissa.

A arte religiosa que aí se estabeleceu foi, assim, o resultado de um esforço coletivo que envolveu a população e as associações leigas. Por estarem desprovidos, na maioria dos lugares, de ordens religiosas que normalmente cuidavam das construções das igrejas, as irmandades tomaram para si a responsabilidade com as edificações dos templos e a realização dos cultos⁵⁵.

O contato constante entre os habitantes dessas capitânicas, ocasionado pelas trocas comerciais e vias de acesso, e a relação entre os membros das diversas irmandades e os artistas, deu o tom para a constituição da arte nessas regiões. Essas especificidades permitiram a permanência de padrões da tradição do início do povoamento e possibilitou uma diferenciação interessante de superação da cultura paulista inicial que acabaram influenciando a própria terra de origem. Essa troca constante entre as capitânicas permitiu a existência de soluções artísticas parecidas em regiões geográficas distantes. ●

55. Caio Cesar Boschi, *op. cit.*, p. 23.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Airton S. de. *Paulistinhas: Imagens Sacras, Singelas e Seculares*. São Paulo, Unesp, 2008. Dissertação de mestrado.
- ALENCAR FILHO, Amphiphilopio. “Cinco Santeiros Goianos: Uma Apreciação”. *Revista Goiana de Artes*, vol. 5, n.1, pp. 1-6, jan./jun. 1984.
- ALVES, Célio Macedo. *Artistas e Irmãos: O Fazer Artístico no Ciclo do Ouro Mineiro*. São Paulo, FFLCH-USP, 1997. Dissertação de mestrado.
- _____. *Iconografia e Mentalidade Religiosa na Antiga Vila Real do Sabará*. Belo Horizonte, UFMG, 1988. Monografia de Bacharelado.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Oportunidade do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982.
- _____. *Cultura e Oportunidade do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo, Livraria Progresso, 1955.
- ARAÚJO, Emanuel (org.). *O Universo Mágico do Barroco Brasileiro*. São Paulo, Fiesp, 1998.
- ASSIS, Wilson Rocha. *Os Moderados e as Representações de Goiás na Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Goiânia, UFG, 2007. Dissertação de Mestrado.
- ÁVILLA, Afonso; MACHADO, Reinaldo Guedes & GONTIJO, João Marcos Machado. *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.
- _____. *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1983.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo, Ática, 1986 (Ensaio, vol. 116).
- BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e Expansão Ibérica: 1440-1770*. Lisboa, Edições 70, 1981 (Lugar na História, vol. 11).

- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro Sagrado: Monumentos Religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte, Tratos Culturais/ Editora Francisco Inácio Peixoto, s.d.
- CAMPOS, Francisco Itami. *O Coronelismo em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1982.
- CARRAZZONI, Maria Elisa. *Guia dos Bens Tombados*. Rio de Janeiro, Exped, 1980.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia, Editora UFG, 1997.
- COELHO, Neiva Gustavo. *O Espaço Urbano na Vila Boa*. Goiânia, Editora UCG, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo, Ática, 1995.
- DIAS, Marcos Horácio Gomes. *Entre a Ética Cristã e a Estética Cortesã: A Pintura de Corte em Minas Colonial*. São Paulo, FFLCH-USP, 2000. Dissertação de mestrado.
- GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. "Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750)". *Revista do Departamento de História*, n. 2, Belo Horizonte, UFMG, 1986.
- LEAL, Oscar. *Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)*. Goiânia, Editora UFG, 1980.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru, Edusc, 2005.
- . *Em Busca da Idade Média*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1978.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.
- . *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1985, p. 20.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. "A Escola Mineira de Imaginária e suas Particularidades". In: COELHO, B. (org.). *Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em Minas Gerais*. São Paulo, Edusp, 2005.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos & SANTOS, Antonio Fernando Batista dos. *O Aleijadinho e Sua Oficina: Catálogo de Esculturas Devocionais*. São Paulo, Capivara, 2002.
- PEREIRA, Danielle Manoel dos Santos. *A Pintura Ilusionista no Meio-Norte de Minas Gerais – Diamantina e Serro – e em São Paulo – Mogi das Cruzes (Brasil)*. São Paulo, Unesp, 2012. Dissertação de mestrado.
- . *Autoria das Pinturas Ilusionistas do Estado de São Paulo: São Paulo, Itu e Mogi das Cruzes (Brasil)*. São Paulo, Unesp, 2017. Tese de doutorado.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A Singularidade da Obra de Veiga Valle*. Goiânia, Editora UCG, 1983.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo, Nacional, 1978.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Wladimir Alves de (coord.). *Guia dos Bens Tombados: Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1984.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MENESES, José Newton Coelho. "A Terra de Quem Lavra e Semeia: Alimento e Cotidiano em Minas Colonial". In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, vol. 1.
- MENEZES, Amaury. *Da Caverna ao Museu: Dicionário das Artes Plásticas em Goiás*. Goiânia, Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)*. Goiânia, Funape, 2012.
- PALACÍN, Luís. *Goiás: 1722-1822*. Goiânia, Oriente, 1982.
- . *O Século do Ouro em Goiás*. Goiânia, Editora UCG, 1994.
- PALACÍN, Luís & MORAES, Maria Augusta de Sant' Anna. *História de Goiás*. 6ª ed. Goiânia, Editora UCG, 1994.
- PASSOS, Elder Camargo de. *Vida e Obra do Escultor Veiga Valle*. A Cidade de Goiás e o Escultor Veiga Valle. *Catálogo*. Museu de Arte de São Paulo, 1978.
- PEREIRA, Carla Freitas Pacheco. *As Igrejas de Goiás: Um Estudo de Caso Igreja São Francisco*

- de Paula: *Ensaio de Qualificação Estética da Obra de Arte*. Brasília, UnB, 2008. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3666>. Acesso em: 21 jul. 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RENGER, Friedrich Ewald. “A Origem Histórica das Estradas Reais nas Minas Setecentistas”.
In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, LUIZ CARLOS. *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte, Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, vol. 1.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: Ideias Práticas e Imaginário Político no Século XVIII*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1976.
- SCOTT, Ana Silvia. *Os Portugueses*. São Paulo, Contexto, 2010.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo/Brasília, Companhia Editora Nacional/INL, 1977.
- TIRAPELI, Percival (org.). *Arte Sacra Colonial: Barroco Memória Viva*. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- _____. *Arte Sacra: Gênese da Fé no Novo Mundo: Coleção Arte no Acervo dos Palácios de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Casa Civil, 2007.
- _____. *As Mais Belas Igrejas do Brasil: The Most Beautiful Churches of Brazil*. São Paulo, Metalivros, 1999.
- VASCONCELLOS, Diego de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, 2 vols.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo, Typ. 2 de Dezembro, 1853.
- ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo, Instituto Walter Moreira Salles/Fundação Djalma Guimarães, 1983.